



PAULO DO CARMO MARTINS

LEITE SEM QUALIDADE

O dia nove deste mês foi o dia do médico veterinário. A profissão foi criada em lei há exatamente 80 anos pelo presidente Getúlio Vargas, em meio à Revolução Constitucionalista de 1932, quando São Paulo tentou derrubar o Governo Provisório. Portanto, a profissão surgiu num momento de grave crise, cuja palavra, na nossa cultura, nos remete à tensão, ao risco. O dicionário Aurélio associa crise à conjuntura ou momento perigoso, a embaraço, desacordo, perturbação, ou seja, nada que lembre coisas boas. Ao contrário da língua chinesa, em que a palavra crise é sinônima de oportunidade.

A atuação profissional do médico veterinário tem um lado de compaixão e misericórdia derivadas do ato de cuidar da saúde dos animais, por meio da cura e da prevenção. Mas, há outro lado da profissão cujo exercício lembra a palavra crise no sentido de quebra de paradigma, de oportunidade para mudar aquilo que não está bom. É por isso que é da responsabilidade dos médicos veterinários normatizar e fiscalizar a produção e o consumo de produtos de origem animal.

Portanto, há um lado menos misericordioso e mais polícialesco nesta profissão, com atividades típicas de Estado. Nesse caso, o médico veterinário visa menos ao conforto de um animal ou rebanho e mais à segurança e o bem comum da sociedade. Então, para fazer valer o interesse coletivo, este profissional pode fazer uso da força e, por exemplo, fechar um estabelecimento comercial ou recolher remédios ou alimentos que não sejam seguros para uso ou consumo.

Recentemente participei da banca examinadora da dissertação de mestrado da médica veterinária Mônica Cardoso, no mestrado profissional em Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados, oferecido pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Embrapa Gado de Leite e Epamig. Depois de tudo o que eu disse nos parágrafos anteriores, você deve estar se perguntando o que um economista, como eu, tem a ver com assuntos típicos de médicos veterinários. Pois, eu fico muito satisfeito por sempre ser lembrado por esse pessoal.

Ainda em 2004, quando o CBQL-Conselho Brasileiro da Qualidade do Leite fez o primeiro congresso, em Passo Fundo-RS, estive lá para proferir palestra sobre o assunto. Fiz também palestra no segundo e no terceiro, realizados em 2006 (Goiânia) e 2008 (Recife) e já aceitei o convite para estar no quinto congresso, que acontecerá em Águas de Lindoia-SP no ano que vem. O que sempre discuto nesses importantes eventos não tem a ver com questões tangíveis ou técnicas, pois nisso eles são especialistas.

Pois, então, nesta dissertação de mestrado orientada pelo médico veterinário e professor doutor Guilherme Nunes de Souza, a autora conseguiu a proeza de entrevistar 59 empresas de laticínios de todo tamanho e tipo, o que coloca a pesquisa entre a maior amostra de levantamento de informações qualitativas disponível até o presente no Brasil. O título do trabalho é "Percepção das empresas de laticínios sobre programas de pagamento por qualidade do leite e evolução dos indicadores de qualidade higiênico-sanitária".

É claro que ela concluiu que avançamos pouco nos últimos 15 anos no que se refere à qualidade do leite. Mas, o que mais me chamou a atenção foi o fato de a ampla maioria dos laticínios ter declarado a dificuldade que é, para os seus fornecedores, atender aos requisitos postos pela, então, Instrução Normativa 51. Para o quesito gordura, 86,3% declararam dificuldade para o cumprimento da norma. Para proteína o índice foi de 79,5%, enquanto para extrato seco chegou a 82,3% das respostas.

Outra resposta surpreendente foi quando eles revelaram o que pensam sobre ganhos advindos da adoção de programas de qualidade. As opções de respostas não eram excludentes, ou seja, os entre-

vistados podiam escolher mais de uma alternativa e 47,1% reconheceram a melhoria da matéria-prima como uma vantagem, 7,4% viram vantagem na melhoria dos derivados lácteos, 10,3% perceberam vantagem na melhoria da gestão da fazenda e o mesmo percentual

na gestão da empresa de laticínios. O número de entrevistados que não escolheu nenhum item relacionado a vantagens foi de 25%.

Este levantamento evidencia como os laticínios sentem dificuldades em promover a indução da melhoria da qualidade do leite. Um em cada seis laticínios disse isso. Esta é uma informação importante e demonstra a necessidade de se aprofundar a pesquisa, buscando evidenciar os fatores que criam esta dificuldade. Afinal, quem realiza melhorias na qualidade da matéria-prima é o produtor, mas quem deve promovê-las é a indústria.

É assim desde que a indústria automobilística felizmente se apropriou dos conhecimentos de logística gerados durante a II Grande Guerra e, no pós-guerra começou a se organizar sob a ótica de cadeia produtiva. Ela ensinou a todos os outros setores que quem estabelece padrão da matéria-prima e cobra é a indústria. Quando os laticínios dizem que é difícil cumprir esta tarefa, como revelou esta pesquisa, fica a interrogação sobre que fatores tornam esta missão difícil. Mas, a segunda informação é mais preocupante. Menos da metade dos laticínios declararam ser vantajosa a melhoria da matéria-prima! Inacreditável, não? E, para minha surpresa, um em cada quatro laticínios não vê nem uma vantagem sequer na adoção de políticas de pagamento por qualidade!

Usando o termo corretamente, uma indústria é o somatório de todas as empresas que atuam num segmento. Sob este aspecto, é cada vez mais evidente a imaturidade da indústria de laticínios brasileira. É papel da indústria fazer a gestão da cadeia de suprimentos, ou seja, estabelecer o padrão que deseja para a matéria-prima para que os derivados sejam compatíveis com o que deseja o consumidor.

Ocorre que para o consumidor brasileiro todo leite é sinônimo de qualidade. Sendo assim, não há pressão sobre a cadeia para que haja melhoria da qualidade.

Por outro lado, com a baixa rentabilidade e o forte endividamento da indústria de laticínios a partir de 2009, as empresas agem sempre pensando no curtíssimo prazo, com foco em captar leite a qualquer custo, quando há escassez, e corte na captação, quando há excesso. Portanto, a gestão é ao sabor da pressão da conjuntura e não sobra espaço para questões estruturais, como a questão da qualidade.

O fato é que a indústria de laticínios brasileira até hoje não tem política de pagamento por qualidade de leite e o número de empresas que levam este assunto a sério é tão pequeno que sobram dedos da mão (isso mesmo, no singular!) quando resolvo contá-las. As empresas que dizem ter política de pagamento por qualidade, na verdade têm políticas de pagamento por quantidade.

Na prática, as poucas empresas que têm política de pagamento por qualidade perdem competitividade na captação, pois o produtor rejeitado ou punido sempre é acolhido pelas concorrentes. Então, precisamos mudar totalmente o foco desta discussão e deixar de associar qualidade do leite e produtor. É verdade que parte do leite brasileiro é sem qualidade e a indústria de laticínios é a responsável, pois é ela quem deve agir em favor das mudanças. ■

Paulo do Carmo Martins é doutor em Economia Aplicada pela Esalq-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-USP, pesquisador da Embrapa Gado de Leite e professor da Universidade Federal de Juiz de Fora.

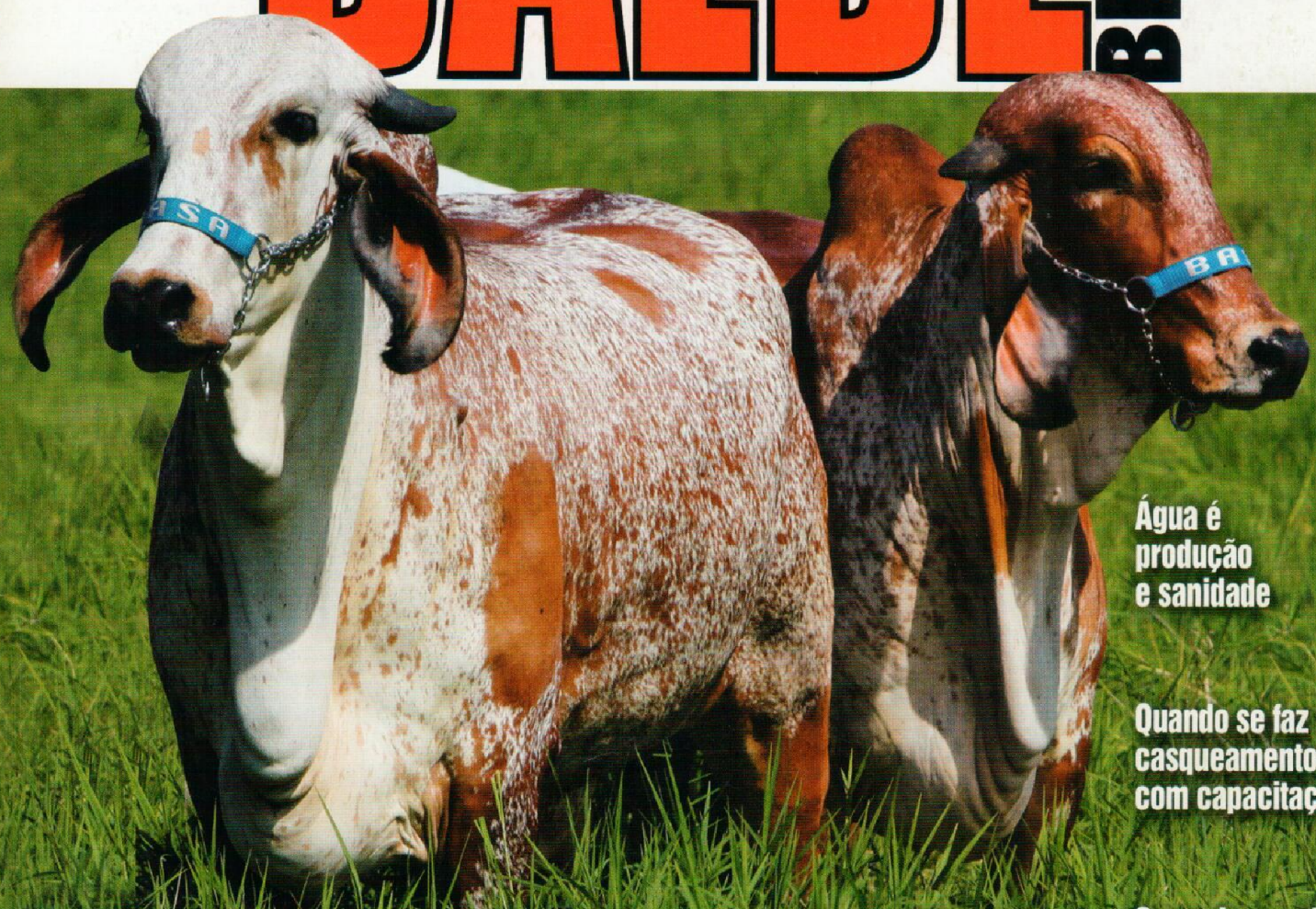
Pagamento por qualidade significa perda de competitividade, pois o produtor punido sempre é acolhido pela concorrência

Os robôs
estão chegando
na ordenha

BALDE BRANCO



Troféu Agroleite
Balde Branco:
a melhor revista
pela décima vez!



Água é
produção
e sanidade

Quando se faz
casqueamento
com capacitação

Os ganhos reais
de um programa
de qualidade

INOVAÇÃO

Fazenda se destaca na criação de Girolando e Gir Leiteiro de alta produção. A proposta é adotar uma comercialização diferenciada e tornar vacas e novilhas de qualidade mais acessíveis aos produtores de leite do País